

Raphael Petersen

**O SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL
NO INÍCIO DA
PRIMEIRA REPÚBLICA**

Entre o Direito e a Política

Curitiba
Juruá Editora
2020

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-9444-5

JURUÁ
EDITORA

Brasil Av. Munhoz da Rocha, 143 Juvevê Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Petersen, Raphael.

P484 O Supremo Tribunal Federal no início da primeira
república: entre o direito e a política./ Raphael Petersen./
Curitiba: Juruá, 2020.
172p.

1. Supremo Tribunal Federal. 2. Direito. 3. Política.
I. Título.

CDD 340.1 (22.ed)
CDU 340

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA REPÚBLICA DA ESPADA (1889/1894)	27
2.1	A CRIAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	31
2.1.1	O Transplante do Modelo Americano: Adaptações Conscientes e Inconscientes	35
2.1.2	Função Político-Institucional	37
2.2	A TRANSIÇÃO INSTITUCIONAL	39
2.2.1	A Paulatina Afirmação de Competências em Face do Poder Executivo	40
2.2.2	A Ausência de Instrumentos Adequados para o Controle Jurisdicional dos Atos do Poder Público	43
2.3	O CASO DO ESTADO DE SÍTIO DE ABRIL DE 1892: QUESTÕES POLÍTICAS E TRADIÇÃO JURÍDICA	47
2.3.1	Os Caminhos da Retórica de Rui Barbosa na Petição do <i>Habeas Corpus</i> 300	48
2.3.2	O Reconhecimento da Incompetência do STF: o Estado de Sítio e as Medidas de Detenção e Desterro como Questões Políticas	53
2.3.3	A Rejeição da Explicação Exclusivamente com Base no Contexto Político: a Tradição como Chave de Leitura	55
2.3.4	O Significado Político-Institucional da Jurisprudência Estabelecida no <i>Habeas Corpus</i> 300	58
2.4	O CASO DO NAVIO JUPITER, DE 1893: JURISDIÇÃO MILITAR E CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	60
2.4.1	Os Novos Caminhos Trilhados por Rui Barbosa no <i>Habeas Corpus</i> 406 e as Razões do Governo Floriano Peixoto	61

2.4.2	A Inconstitucionalidade do Código Penal da Armada e a Soltura dos Prisioneiros Civis no <i>Habeas Corpus</i> 406 e 410	65
2.4.3	A Manutenção da Prisão dos Militares da Marinha no <i>Habeas Corpus</i> 415	68
2.4.4	A Afirmação do Controle de Constitucionalidade sem Prejuízo da Continuidade da Tradição Anterior	71
2.5	O APROFUNDAMENTO DA CRISE DO REGIME FLORIANISTA E A RELATIVA PARALISAÇÃO DO STF EM 1893/1894	73
2.5.1	A Ampliação da Corrente Minoritária no Tema do Estado de Sítio: as Garantias Constitucionais como Limite aos Atos do Presidente da República.....	75
2.5.2	As Diferentes Concepções de Poder e os Conflitos entre Floriano Peixoto e o STF: Novamente o Caso do Navio Jupiter	77
3	O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO INÍCIO DA REPÚBLICA OLIGÁRQUICA (1894/1898)	81
3.1	A DELIMITAÇÃO DO ESPAÇO DE ATUAÇÃO INSTITUCIONAL DO STF	85
3.1.1	O Isolamento do Supremo Tribunal Federal Frente ao Contexto Político Estadual: Crimes Políticos e Recurso Extraordinário	86
3.1.2	A Restrição das Prerrogativas do STF Frente aos Poderes Executivo e Legislativo: Controle de Constitucionalidade e dos Atos Administrativos	91
3.2	A REVOLUÇÃO FEDERALISTA: O MODO DE APLICAÇÃO E A CONSTITUCIONALIDADE DA ANISTIA.....	96
3.2.1	O Modo de Aplicação da Anistia: o <i>Habeas Corpus</i> Trindade e a Limitação da Margem de Atuação do Castilhismo no Rio Grande do Sul.....	98
3.2.2	A Controvérsia em Torno da Constitucionalidade das Restrições Impostas pela Anistia aos Oficiais Militares	101
3.2.3	As Razões da Fazenda Nacional e o Acórdão Proferido pelo STF: o Modelo Americano à Francesa.....	105
3.2.4	O Uso de Categorias de Direito Privado na Construção do Direito Público: a Mentalidade Jurídica da Época	108
3.3	O ATENTADO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE 05.11.1897: ENTRE POLÍTICA E TRADIÇÃO JURÍDICA.....	110
3.3.1	Da Manutenção em 26 de Março (<i>Habeas Corpus</i> 1.063) à Cassação do Desterro em 16 de Abril (<i>Habeas Corpus</i> 1.073)..	113

3.3.2	A Revisão da Jurisprudência no Tema do Estado de Sítio: a Tradição Jurídica do Aresto e a Rejeição dos Assentos com Força de Lei	117
3.3.3	A Suposta Parcialidade Política dos Ministros do STF.....	120
3.3.4	Da Judicialização da Política à Politização do Poder Judiciário ..	123
3.4	O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO PROCESSO ELEITORAL.....	126
3.4.1	O Recurso Eleitoral como Instrumento da Luta Política.....	128
3.4.2	A Jurisprudência do STF: a Limitação das Potencialidades do Recurso Eleitoral.....	130
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
4.1	O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA REPÚBLICA DA ESPANHA (1889/1894).....	135
4.2	O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO INÍCIO DA REPÚBLICA OLIGÁRQUICA (1894/1898)	139
	REFERÊNCIAS	145
	ANEXOS	149
	ÍNDICE REMISSIVO.....	159